

Leonardo Mello e Silva¹

Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978), de Antonio Luigi Negro²

O livro *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*, de Antonio Luigi Negro, o Gino, é uma obra importante para estudiosos do trabalho no Brasil. Mas também para os leitores que gostam de uma boa “história”. Trata-se de um livro cativante em sua trama argumentativa, com alguns lances romanescos (o que não quer dizer que não sejam fartamente embasados em séria pesquisa de fontes). Está dividido em três partes: pós-guerra e desenvolvimentismo; industrialização acelerada; desenvolvimentismo autoritário. Grosso modo, essa periodização cobre, respectivamente, a herança Vargas até o suicídio; a era JK e os anos Jango; o pós-golpe de 1964 e a difícil organização do movimento operário sob a ditadura, detendo-se em 1968. O objeto do livro é o estudo dos trabalhadores da indústria automobilística ao longo do percurso histórico mencionado. Esse estudo focaliza as lutas políticas daquele ator coletivo dentro das instituições republicanas, onde isso é possível (partidos, Estado, órgãos governamentais), mas também as lutas políticas das tendências

¹ Professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) e membro do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC) da mesma instituição. <leogmsilva@hotmail.com>

² NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*. São Paulo: FAPESP: Boitempo, 2004. 332 p. (Séries Mundo do trabalho). ISBN 85-7559-045-6

não reconhecidas (os comunistas, trotskistas e outros) fora das instituições, nas organizações criadas pelos próprios operários, bem como daquelas associadas à estrutura corporativa (os sindicatos). Pode-se afirmar, de modo geral, que o trabalho de Gino estabelece uma espécie de genealogia do novo sindicalismo no “triângulo metalúrgico” do ABC, juntando-se com isso a outras obras de referência, como o estudo de John French, *O ABC dos Operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*.³ A movimentação em torno do ABC, a Detroit brasileira, é acompanhada não só pelo lado das iniciativas do trabalho, embora essas últimas sejam o ponto de partida do autor, mas também dos empresários e do Estado, o que enriquece e dá vivacidade ao relato. Temos aqui inequivocamente um capítulo da história da luta de classes no Brasil. São três os alvos da interlocução crítica do autor: primeiro, as correntes que trabalham com o conceito de corporativismo (podemos imaginar aqui a ciência política); segundo, as correntes que se valem da noção de “populismo” para explicar a emergência das classes trabalhadoras na cena pública (certa sociologia política); terceiro, as interpretações unilaterais sobre o corporativismo e o populismo como artifícios de controle e manipulação estatal sobre o povo trabalhador (certa historiografia radical). Ao contrário, nesse como em outros estudos dos historiadores do trabalho de sua geração, o propósito é mostrar a capacidade de recriação e reelaboração dos “de baixo”, o que é feito magistralmente no livro em questão. Uma outra virtude dele é traçar um bom panorama da implantação das indústrias automobilísticas no Brasil, desde a oficina da Ford Motor Company, em 1919, em São Paulo.

Do ponto de vista sociológico, qual é o interesse do livro de Gino? Ele discute, pelo lado da história, algumas hipóteses fortes da tradição acadêmica das relações industriais. O sindicalismo brasileiro seria caracterizado como: 1) manipulado; 2) de cúpula; 3) sem autonomia e liberdade sindicais; 4) pouco representativo. Corolário: a classe trabalhadora brasileira seria mal ou incompletamente formada, tendo como luz inspiradora o paradigma do sindicalismo dos países pioneiros da

³ FRENCH, J. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo: 1900-1950*. São Paulo: HUCITEC, 1995.

industrialização. Resultado: a modernização brasileira carece de um ajuste na função integradora do trabalho industrial a fim de prosseguir o seu rumo. Principais obstáculos: a desigualdade da relação cidade-campo a alimentar um vetor permanente de inconsistências valorativas entre a população trabalhadora das metrópoles, o que dificultaria a constituição de um mercado de trabalho competitivo e um horizonte de mobilidade dentro do modo de vida urbano-industrial. Dadas as características estruturais da força de trabalho (sua heterogeneidade), as formas de ação coletiva estariam contaminadas de elementos tradicionais e atrasados, tais como os apelos de dependência pessoal e a recusa da mediação representativa, favorecendo as formas de identificação direta. A abordagem da história social, nesse como em outros estudos, convida a uma interpretação muito diferente. Fatos recolhidos aqui e ali, graças a uma talentosa manipulação de fontes diversas (menciono três que chamam a atenção: a correspondência diplomática, a empresarial entre matriz e filial, e o arquivo do DEOPS) conduzem a um conjunto de evidências bem mais complexo e que se encaixam mal tanto na tradição acadêmica referida acima, quanto nas versões mais abstratas de uma teoria da modernização. Por exemplo, Gino abre o livro (p. 8) identificando já nos meados dos anos 1950 elementos que estão na base da ojeriza patronal à organização por local de trabalho até hoje: “greve só até a porta da fábrica”, teria dito Samuel Wainer a Francisco Matarazzo Júnior, a fim de conjurar toda a suspeita de flerte com os “baderneiros” e “arruaceiros” da história. Indício de mentalidade de feitor no coração do capitalismo mais pujante. Esse pendor desconstrutivista, contudo, não é novo para os observadores do campo dos estudos do trabalho, e a obra de Gino na verdade sanciona um movimento crítico que vem de anos de maturação e de uso produtivo da recepção da obra de Edward P. Thompson.

Mas há muito mais coisa a extrair de *Linhas de Montagem*. São tópicos recolhidos da leitura que, penso, podem dialogar com questões postas para o presente nos estudos do trabalho, isto é, para pesquisas que, mesmo valendo-se do passado, buscam responder ou desatar nós que ficaram dos esforços anteriores de interpretação. Passo a elencar alguns que me parecem justificar um tratamento mais sistemático.

Sobre a qualificação, o texto dá exemplos do tipo de treinamento feito concretamente pelas empresas: na Cerâmica S.

Caetano, colocando um operário do lado do outro para aprender (p. 35); na fundição da Willys-Overland, a formação profissional dos operários vindos da lavoura (p. 139); na mesma empresa, o processo de transmissão do saber que confirma as características repetitivas e pouco qualificadas da linha fordista, com aprendizes virando profissionais “da noite para o dia” (p. 149). Somos informados também de que a expectativa dos patrões era de que os operários usassem os seus macetes e os seus jeitinhos para tocar a produção (p. 52-53) — ou seja, mais uma vez, o “tradicional” convivia muito bem, obrigado, com as exigências do “moderno”. Em seguida, a solidariedade dos não-qualificados diante da greve, tecida pela cultura fabril (p. 55), quando ficamos sabendo que a ausência de uma experiência de fábrica no caso dos migrantes nem sempre desemboca em passividade e falta de sentimento de grupo; os operários reivindicando a contratação coletiva como norma salarial do ramo (p. 70); o significado do sindicato em termos da formação de uma cultura política (p. 101-102); a compatibilização da produção racional e científica com o jeitinho e a contragestão do operário desqualificado (p. 143); os desejos de abrir um negócio próprio (p. 148, 150), ocorrência comum também aos achados da pesquisa clássica de Juarez Brandão Lopes mas que aqui é trabalhada sob um outro prisma; o significado do emprego na indústria automobilística: estabilidade e o sentido de “ter um ofício” (p. 149-150); os exemplos de mobilidade dentro da empresa (p. 150); a descrição do acelerado nível de rotatividade interna (p. 154); uma discussão sobre as razões do paternalismo fabril (p. 187); um dado bastante percuciente acerca do significado contrastante do taylorismo (bom para peões que ganhavam um emprego e ruim para os contramestres que perdiam seus dotes profissionais, p. 189). Todos esses aspectos mencionados são de suma importância para uma reconstrução histórica e analítica dos processos de trabalho industriais no Brasil, tarefa que está ainda por ser feita com o grau de sistematicidade que o assunto merece. De todo o modo, o livro já dá a sua contribuição para essa tarefa, ao mostrar, entre outras coisas, que a conflitualidade nasce do próprio processo de trabalho capitalista (p. 262), pedra de toque de toda a sociologia do trabalho de matiz marxista (relembre-se, por exemplo, autores como Braverman e Burawoy), e ao preocupar-se com uma descrição das condições de trabalho na época (p. 265), onde somos informados da impossibilidade de se recusar horas-extras, da existência de rotatividade (já citada) e de gases e vapores perigosos para a saúde.

Entre outros tópicos de interesse que o livro aborda está a identificação do estilo de concertação trabalhista “direta e franca” entre patrão e empregado como uma característica “americana” das relações de trabalho (p. 163-164). Tal identificação perdura até os dias de hoje como um traço da justiça do contrato opondo-se à fixidez burocrática da lei. Americanismo e iberismo descendo dos céus da abstração e desvelando-se em exemplos práticos – veja-se os ecos dessa discussão possível nos relatos às páginas 219 e 235 (nesse último caso, sobre o papel dos EUA a alimentar o discurso sobre a livre negociação). O livro do Gino, como pode perceber o leitor, dá o que pensar. Muito oportuna também é a confirmação das práticas opostas de cegetistas (piquetes) e novos sindicalistas (paralisação por fábrica), o que joga água na idéia de que estamos de fato diante de uma genealogia de 1978. Ainda um dado muito curioso é a narrativa da existência da Comissão de Relações de Trabalho (CRT) da Willys (p. 306), quando nos damos conta da reação institucional do patronato à Justiça do Trabalho varguista (ora, não era para ser pelega?): aqui, um prato cheio para o debate girando em torno dos *syndicat-maison* no Brasil, um tema que o livro poderia ter explorado se fosse atrás das “comissões de empresa” nas firmas alemães, previstas estatutariamente como parte da legislação local sobre a codeterminação. Como seriam, pois, na Volks? e na Mercedes?

Enfim, para finalizar, diria que são dois os pontos salientes que freqüentam o texto, caso essa fosse uma pergunta do leitor interessado em uma síntese: primeiro, a ênfase que o autor dá à “dignidade do trabalho” e, segundo, a contínua retradução, pela classe trabalhadora, daquilo que é “doado” pelas classes dominantes em “direitos”, permitindo distinguir tutela de maioridade.

O livro tem alguns pequenos descuidos de revisão mas que absolutamente não comprometem nem a escrita — de resto, como já se fez referência, muito inspirada — nem a compreensão geral das passagens.

Eu tenho uma dúvida muito incômoda sobre um juízo que o autor expressa logo na introdução: o de que 1978 significou a marca da “recondução do sindicalismo de ideologia anti-capitalista ao sistema político brasileiro” (p. 16). Fantasmas antigos rondam ainda nossas cabeças, como se todo um debate tido como morto e enterrado fosse ressurgir. Mas isso pode estar a mostrar, por outro lado, algo positivo: que não existem juízos definitivos

na história e nas ciências sociais, e que o ponto mais desenvolvido (hoje) ajuda a traçar o fio que não estava tão claro nos eventos do passado menos desenvolvido (essa é uma maneira tosca de citar o velho Marx da *Introdução à Crítica da Economia Política*: desculpem-me os jovens).